



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins
Comissão Permanente de Licitação – CPL

PREGÃO ELETRÔNICO

90001/2026

CONTRATANTE (UASG)

(389094)

OBJETO:

Contratação de Plano Privado de Assistência à Saúde para os empregados do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins – Crea-TO e seus dependentes, atendendo as exigências estabelecidas pela legislação vigente e conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 610.596,96 (seiscentos e dez mil e quinhentos e noventa e seis reais e noventa e seis centavos);

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 01/04/2026 às 13:30 hrs (horário de Brasília);

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO;

MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO;

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO;

E-MAIL PARA CONTATO: cpl@crea-to.org.br



Baixe o APP [Compras.gov.br](https://compras.gov.br) e
apresente sua proposta



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins
Comissão Permanente de Licitação – CPL

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DO TOCANTINS CREA-TO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026
(Processo Administrativo n.º 87213/2026)

SUMÁRIO

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	Erro! Indicador não definido.
3. DO CREDENCIAMENTO	Erro! Indicador não definido.
4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO	3
5. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	8
8. DA FASE DE JULGAMENTO	11
9. DA HABILITAÇÃO	14
10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA	21
11. DOS RECURSOS	22
12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	23
13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	24
14. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	26
15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	27
ANEXO I – MODELO DE PROPOSTA	29
ANEXO II – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR	32
ANEXO III – TERMO DE REFERÊNCIA	54
ANEXO IV – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	74



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins
Comissão Permanente de Licitação – CPL

PREGÃO ELETRÔNICO
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DO TOCANTINS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

(Processo Administrativo n. 87213/2026)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DO TOCANTINS**, Autarquia Federal instituída nos termos da Lei nº 5.194/66, CNPJ 26.753.608/0001-80, por meio de sua Comissão de Licitação, sediada em Palmas, Tocantins, na quadra ACSU SE 60, AV. TEOTONIO SEGURADO, CONJ. 01, LOTE 10, S/N - Plano Diretor Norte, Palmas – Tocantins, CEP 77022002, realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL ANUAL**, no regime de empreitada por **PREÇO UNITÁRIO**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: **01/04/2026**

Horário: **13:30**

Local: Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Critério de Julgamento: menor preço **global anual**.

Regime de Execução: Empreitada por **Preço UNITÁRIO**.

UASG: 389094

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é Contratação de Plano Privado de Assistência à Saúde para os empregados do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins – Crea-TO e seus dependentes, atendendo as exigências estabelecidas pela legislação vigente e conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1. A licitação será realizada em 10 itens (faixas etárias) reunidos em um único grupo.

2. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins
Comissão Permanente de Licitação – CPL

- 2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.6. Não poderão disputar esta licitação:
 - 2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 2.6.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
 - 2.6.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - 2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - 2.6.8. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
 - 2.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
 - 2.6.10. pessoas físicas.
- 2.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins
Comissão Permanente de Licitação – CPL

emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

- 2.8. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.9. A vedação de que trata o item 2.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

- 3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.5. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins
Comissão Permanente de Licitação – CPL

- 4.5.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- 4.5.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- 4.5.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.5.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.5.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.5.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 4.5.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 4.5.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 4.5.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 4.5.10. constituída sob a forma de sociedade por ações;
- 4.5.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 4.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.
- 4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3. sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins
Comissão Permanente de Licitação – CPL

- 4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.
- 4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. Valor unitário e anual por item e valor global anual do grupo;
- 5.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins
Comissão Permanente de Licitação – CPL

- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.
- 5.9. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item anterior.
- 5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor global.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 1,00**.



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins
Comissão Permanente de Licitação – CPL

- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto e fechado.
- 6.11. No modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada.
- 6.19. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.19.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins
Comissão Permanente de Licitação – CPL

- 6.19.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.19.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;
- 6.19.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.
- 6.20. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
 - 6.20.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
 - 6.20.2. empresas brasileiras;
 - 6.20.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 6.20.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.21. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
 - 6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
 - 6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
 - 6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
 - 6.22.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
 - 6.22.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins
Comissão Permanente de Licitação – CPL

- 6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

- 7.1. Iniciada a fase de julgamento das propostas, é facultado ao pregoeiro convocar, de forma simultânea, os licitantes que, em seu último lance, apresentarem preços iguais ou inferiores ao valor estimado para a contratação, para o envio das respectivas propostas ajustadas.
- 7.2. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 7.2.1. SICAF;
- 7.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
- 7.2.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>); e
- 7.2.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.
- 7.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante.
- 7.3.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.
- 7.4. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.
- 7.5. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)
- 7.5.1. A tentativa de fraude será identificada por meio da verificação de vínculos societários, similaridade nas linhas de fornecimento ou outros indícios que caracterizem atuação conjunta entre os licitantes, nos termos do art. 29, §1º, da Instrução Normativa nº 03/2018.
- 7.5.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (art. 29, §2º da IN nº 3/2018).
- 7.5.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins
Comissão Permanente de Licitação – CPL

- 7.6. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 7.7. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.
- 7.8. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos artigos 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 7.9. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.9.1. conter vícios insanáveis;
 - 7.9.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 7.9.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 7.9.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 7.9.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência.
 - 7.9.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.10. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade as propostas com valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.11. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 7.11.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 7.11.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.12. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.13. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.14. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 7.14.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins
Comissão Permanente de Licitação – CPL

- 7.14.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 7.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 7.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 7.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.
- 7.20. **O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.**
- 7.21. **É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido conforme seu entendimento ou a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.**
- 7.22. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.
- 7.23. Também serão passíveis de solicitação os documentos que comprovarem condição pré-existente ao momento da apresentação da proposta.
- 7.24. **Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.**
- 7.25. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 7.26. **Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.**
- 7.27. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 7.28. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins
Comissão Permanente de Licitação – CPL

8. DA HABILITAÇÃO

- 8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 8.3. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não exerçam suas atividades no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 8.4. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não exerçam suas atividades no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 8.5. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 8.6. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30%, para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 8.7. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por fotografias nítidas dos documentos.
- 8.8. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 8.9. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 8.10. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.11. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins
Comissão Permanente de Licitação – CPL

normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

- 8.12. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.13. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
- 8.14. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).
- 8.15. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 8.16. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.17. **Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.**
- 8.18. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 8.19. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.20. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.21. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 8.22. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:
- 8.23. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- 8.24. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins
Comissão Permanente de Licitação – CPL

- 8.25. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- 8.26. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.
- 8.27. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.
- 8.28. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.29. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.
- 8.30. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 8.31. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.
- 8.32. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.
- 8.33. **Documentação Prévia:**
- 8.34. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) SICAF;
 - b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
 - c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
 - d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0:>);



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins
Comissão Permanente de Licitação – CPL

- 8.35. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)
- 8.36. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 8.37. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 8.38. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 8.39. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação
- 8.40. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 8.41. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 8.42. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 8.43. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 8.44. **Habilitação jurídica:**
- 8.45. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.46. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 8.47. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.48. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins
Comissão Permanente de Licitação – CPL

- 8.49. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 8.50. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 8.51. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.
- 8.52. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 8.53. Regularidade fiscal e trabalhista:
- 8.54. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 8.55. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.56. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.57. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.58. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.59. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.60. caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 8.61. Qualificação Econômico-Financeira:
- 8.62. certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- 8.63. balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins
Comissão Permanente de Licitação – CPL

- 8.64. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
- 8.65. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.
- 8.66. comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$
$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$
$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- 8.67. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.
- 8.68. **Qualificação Técnica:**
- 8.69. Registro na ANS: Comprovação de registro ativo da Operadora de Plano de Saúde junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar.
- 8.70. Registro do Produto: Comprovante de registro do plano ofertado na ANS, com segmentação Ambulatorial + Hospitalar com Obstetrícia.
- 8.71. Atestado de Capacidade Técnica: Fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante presta ou prestou serviços de assistência à saúde para grupos de beneficiários de complexidade semelhante.
- 8.72. Rede Credenciada: Relação de estabelecimentos (hospitais, clínicas e laboratórios) que atenderão no estado do Tocantins, abrangendo, no mínimo, as cidades de Palmas, Araguaína e Gurupi).



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins
Comissão Permanente de Licitação – CPL

- 8.73. Para comprovação da qualificação técnica deverão ser apresentados todos os documentos relacionados às exigências dispostas no item 8.34 e seguintes do Termo de Referência.
- 8.74. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 8.75. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
- 8.76. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.
- 8.77. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.
- 8.78. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 8.79. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 8.80. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 8.81. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 8.82. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins
Comissão Permanente de Licitação – CPL

- 8.83. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 8.84. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

- 9.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas (prorrogável conforme entendimento do pregoeiro) a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:
- 9.2. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- 9.3. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 9.4. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 9.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 9.6. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.
- 9.7. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros.
- 9.8. No caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 9.9. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 9.10. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- 9.11. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

10. DO TERMO DE CONTRATO



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins
Comissão Permanente de Licitação – CPL

- 10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.
- 10.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 02 (dois) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.
- 10.4. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 10.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.
- 10.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.
- 10.7. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.
- 10.8. Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o licitante vencedor deverá apresentar programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, conforme Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024, e comprovar a sua implantação nos termos da Portaria Normativa SE/CGU nº 226/2025, considerados o valor original do contrato e o valor que poderá ser alcançado por meio de eventuais aditivos contratuais.

11. DOS RECURSOS

- 11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 11.4. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins
Comissão Permanente de Licitação – CPL

- 11.5. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 11.6. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 11.7. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 11.8. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.9. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.10. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.11. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.13. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.14. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins
Comissão Permanente de Licitação – CPL

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame.

13.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

13.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

13.2.4 deixar de apresentar amostra;

13.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.2.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.2.7 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.2.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

13.2.9 fraudar a licitação.

13.3 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.3.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.3.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.3.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.3.4 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

13.3.5 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

13.4 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.4.1 advertência;

13.4.2 multa;



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins
Comissão Permanente de Licitação – CPL

- 13.4.3 impedimento de licitar e contratar; e
- 13.4.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 13.5 Na aplicação das sanções serão considerados:
- 13.5.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 13.5.2 as peculiaridades do caso concreto;
- 13.5.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 13.5.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 13.5.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 13.6 A multa será recolhida em percentual de 10% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 13.7 Para as infrações previstas no item 13.1.1, a multa será de 10% do valor do contrato licitado.
- 13.8 Para as infrações previstas nos itens 13.1.1 a 13.1.5, a multa será de 10% do valor do contrato licitado.
- 13.9 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 13.10 Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 13.11 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionada no item 13.2 e subitens, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 13.12 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas no item 13.3 e subitens, bem como pelas infrações administrativas previstas no item 13.2 e subitens, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 13.13 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins
Comissão Permanente de Licitação – CPL

13.14 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.15 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.16 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.17 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.18 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3 Os pedidos de esclarecimentos e impugnação poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail cpl@crea-to.org.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Conj. 01 - Q. 602 Sul Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Lote 10 - Plano Diretor Sul, Palmas - TO, 77022-002.

14.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

14.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins
Comissão Permanente de Licitação – CPL

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 15.1 Da sessão será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 15.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 15.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 15.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 15.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 15.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 15.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 15.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 15.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 15.10 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.crea-to.org.br e poderá ser lido e/ou obtido no endereço Quadra ARNE 12, Alameda 17, Lote 10, CEP:77006-070, Palmas – TO, nos dias úteis, no horário das 12:00 horas às 18:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 15.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 15.12 Anexo I – Modelo de Proposta
- 15.13 ANEXO II – Estudo técnico preliminar;
- 15.14 ANEXO III – Termo de Referência;
- 15.15 ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato

Palmas - TO, 16 de março de 2026.



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins
Comissão Permanente de Licitação – CPL

(Autoridade Competente)



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins
Comissão Permanente de Licitação – CPL

ANEXO I – MODELO DE PROPOSTA

_____,
(nome empresarial)
CNPJ nº _____ com sede na
(nº de inscrição)
_____,
(endereço completo)

por intermédio de seu representante legal, e para os fins do Pregão 90001/2026 do CREA-TO, vem apresentar a seguinte proposta de preço:

Item	Faixa Etária	Valor Unitário anual	Valor Total anual
01	0 a 18 anos	R\$	R\$
02	19 a 23 anos	R\$	R\$
03	24 a 28 anos	R\$	R\$
04	29 a 33 anos	R\$	R\$
05	34 a 38 anos	R\$	R\$
06	39 a 43 anos	R\$	R\$
07	44 a 48 anos	R\$	R\$
08	49 a 53 anos	R\$	R\$
09	54 a 58 anos	R\$	R\$
10	≥ 59 anos	R\$	R\$
11	≥ 70 anos	R\$	R\$
GRUPO	TOTAL (Valor apresentado no Comprasnet)	R\$	R\$

Preço Global da proposta para 1 (UM) ano em reais:

R\$ _____ (_____): Este é o preço/lance final incluído no sistema Comprasnet pela licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar, que será convocada pelo Pregoeiro para enviar este Anexo pelo sistema eletrônico.

Validade da proposta (mínimo 60 dias): _____ dias

Nome completo do representante legal: _____



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins
Comissão Permanente de Licitação – CPL

Nº da cédula de identidade e órgão emitente: _____

Número do CPF/MF: _____

Telefone / e-mail para contato: _____

_____, ____ de _____ de 2026.

(Assinatura do representante da empresa)

OBS.:

- 1) Para o encaminhamento da proposta de preço objeto desta licitação não será exigido o preenchimento e envio de arquivo anexo, em razão de que o sistema eletrônico não permite esse procedimento antes da conclusão da etapa de lances, com vistas a impedir o conhecimento das licitantes participantes do certame. A licitante detentora da proposta ou do lance de menor valor, após a etapa de lances, será convocada pelo Pregoeiro para enviar arquivo anexo, consubstanciada na sua proposta final, conforme disciplinado neste Edital.
- 2) As licitantes, para preencher sua proposta de preço, devem, obrigatoriamente, tomar conhecimento das informações constantes deste Edital, especialmente o Anexo I para evitar problemas durante o certame, bem como na execução contratual, para a que for considerada vencedora celebrar contrato.
- 3) Este modelo de Proposta de Preço é exemplificativo e não exaustivo, podendo cada licitante elaborar sua própria proposta.



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

OBJETO:

Estudo técnico para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assistência à saúde (Plano de Saúde), na modalidade coletivo empresarial, para atender aos empregados públicos e seus respectivos dependentes do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins (CREA-TO) e as sete inspetorias com base na Lei 14.133/2021, art. 28, inciso I, e art. 29.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 87213-2026



Baixe o APP
Compras.gov.br e apresente
sua proposta!

Palmas, 11 de março de 2026



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DO TOCANTINS

(Processo Administrativo n.º 87213-2026)

1. INTRODUÇÃO

- 1.1. O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda de assistência à saúde dos empregados do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins (CREA-TO), bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.
- 1.2. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, o Estudo Técnico Preliminar é o documento que fundamenta o planejamento da contratação, assegurando que a solução escolhida seja a mais vantajosa e eficiente para a Administração Pública. A demanda em questão surge da necessidade de renovação do benefício de saúde, buscando a transição do modelo atual (Unimed Palmas — com coparticipação e abrangência restrita) para um modelo de contratação direta de operadora que ofereça cobertura integral (sem coparticipação) e rede credenciada compatível com a distribuição geográfica dos servidores na sede em Palmas e nas inspetorias do interior.
- 1.3. Dessa forma, o estudo avalia a viabilidade de contratação de operadoras de mercado (conforme propostas apresentadas pela Mútua/Seguros Unimed, Seguros Unimed, Unimed Palmas e Unimed Planalto Central) para garantir a continuidade e a melhoria do suporte assistencial aos 80 beneficiários (titulares e dependentes) mapeados no censo da autarquia, sob a categoria de acomodação em enfermaria.
- 1.4. Como regra, é documento obrigatório, conforme determinado pela Nova Lei de Licitações e Contratos (NLLC), que dispõe a respeito no Capítulo II da Lei (Da Fase Preparatória).

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO (ART. 18, §1º, INCISO I DA LEI Nº 14.133/2021)

- 2.1. A necessidade da presente contratação advém da precariedade do modelo assistencial vigente e da busca pela modernização da política de benefícios da autarquia. Atualmente, o Conselho mantém um contrato que apresenta limitações que impactam diretamente a qualidade de vida dos seus colaboradores e a eficiência na gestão de pessoas, conforme detalhado abaixo:



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins
Comissão Permanente de Licitação – CPL

- 2.2. **Da Inexistência de Coparticipação** (Modelo de Custo Fixo) O modelo atual, com coparticipação em consultas e pronto atendimento, cria uma barreira financeira ao uso preventivo do plano de saúde. Em situações de crises de saúde ou necessidade de acompanhamento recorrente, o servidor é onerado com custos variáveis e imprevisíveis. A opção pelo modelo **SEM COPARTICIPAÇÃO** justifica-se por:
- 2.3. Previsibilidade Orçamentária: Tanto para o Conselho quanto para o empregado, eliminando resíduos financeiros variáveis nas folhas de pagamento.
- 2.4. Promoção da Saúde Preventiva: O servidor não hesita em buscar assistência médica inicial, evitando o agravamento de patologias que poderiam levar a afastamentos prolongados e absenteísmo.
- 2.5. Valorização Profissional: Atua como um diferencial competitivo na retenção de talentos, equiparando o CREA-TO às melhores práticas de benefícios do setor público e de outros conselhos federais.
- 2.6. **Da Necessidade de Abrangência Nacional** O CREA-TO possui uma estrutura descentralizada, com servidores lotados em Palmas e nas inspetorias de Araguaína, Gurupi, Augustinópolis e Paraíso do Tocantins. A experiência acumulada demonstra que planos de abrangência restrita ("Grupo de Municípios") apresentam falhas graves na rede credenciada em cidades do interior. A exigência de COBERTURA NACIONAL é imperativa para:
- 2.7. Garantia de Atendimento no Interior: Assegurar que o fiscal ou administrativo lotado em regiões remotas (como o Bico do Papagaio) tenha acesso à mesma rede de qualidade da capital ou de centros de referência próximos.
- 2.8. Deslocamentos a Serviço: Garantir assistência imediata ao servidor em trânsito ou missões institucionais fora de sua sede de lotação ou do Estado.
- 2.9. Acesso a Centros de Alta Complexidade: Permitir que casos de saúde graves, que eventualmente não possuam suporte técnico no Estado do Tocantins, possam ser referenciados para grandes centros sem entraves burocráticos.
- 2.10. **Dimensionamento da Demanda** A contratação deverá contemplar um universo de **80 beneficiários**, sendo 53 titulares (empregados ativos) e 27 dependentes legais, todos na categoria de acomodação **Enfermaria**, padrão este que equilibra a dignidade do atendimento com a economicidade necessária ao erário.



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins
Comissão Permanente de Licitação – CPL

3. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL, SEMPRE QUE ELABORADO, DE MODO A INDICAR O SEU ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO (ART. 18, §1º, INCISO II DA LEI Nº 14.133/202

- 3.1. A estimativa inicial do quantitativo de beneficiários para a presente contratação foi balizada pelo censo atualizado do quadro de pessoal do CREA-TO, datado de 2026. O dimensionamento leva em conta não apenas os empregados ativos (titulares), mas também o histórico de adesão de seus dependentes legais, garantindo a viabilidade do contrato coletivo empresarial. A contratação deve permitir inclusões e exclusões mensais (movimentação cadastral) para acompanhar as contratações e desligamentos do Conselho.
- 3.2. **Composição do Grupo Beneficiário:** A contratação deverá prever o atendimento de um universo total de 80 vidas, segregadas conforme a categoria de vínculo:
- 3.2.1. Titulares (Empregados Públicos): 53 beneficiários.
- 3.2.2. Dependentes Legais: 27 beneficiários.
- 3.3. **Distribuição Geográfica e Logística de Atendimento:** Considerando a capilaridade da atuação do Conselho no Estado do Tocantins, a previsão de contratação exige que a solução ofereça rede credenciada ou sistema de reciprocidade que atenda à seguinte dispersão geográfica:

Localidade de Lotação	Titulares	Dependentes	Total de Vidas
Palmas (Sede)	40	22	62
Araguaína (Inspetoria)	5	2	7
Gurupi (Inspetoria)	4	1	5
Paraíso do TO (Inspetoria)	2	1	3
Augustinópolis (Inspetoria)	2	1	3
TOTAL GERAL	53	27	80

- 3.1. **Critérios de Acomodação:** O quantitativo previsto refere-se integralmente à modalidade de acomodação em Enfermaria (Quarto Coletivo), conforme diretriz de padronização adotada pela Administração para este processo, visando o equilíbrio entre a assistência de saúde e o princípio da economicidade.



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins
Comissão Permanente de Licitação – CPL

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART. 18, §1º, INCISO III DA LEI Nº 14.133/2021)

- 4.1. Os requisitos abaixo foram estabelecidos para garantir que a prestação do serviço seja contínua, eficiente e atenda às necessidades específicas de saúde dos empregados do Conselho:
- 4.2. Requisitos Técnicos Mínimos
- 4.3. Segmentação Assistencial: A cobertura deve ser, no mínimo, Ambulatorial + Hospitalar com Obstetrícia, conforme o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).
- 4.4. Padrão de Acomodação: Coletiva (Enfermaria), garantindo o atendimento digno com otimização dos recursos públicos.
- 4.5. Abrangência Geográfica: Nacional ou Regional, incluindo todo o estado do Tocantins, assegurando que os servidores em trânsito ou lotados nas inspetorias de Araguaína, Gurupi, Augustinópolis e Paraíso tenham acesso à rede credenciada de forma direta ou por sistema de reciprocidade.
- 4.6. Mecanismo de Regulação: Plano COM COPARTICIPAÇÃO APENAS EM CONSULTAS E PRONTO ATENDIMENTO ou SEM COPARTICIPAÇÃO para consultas, exames, internações e demais procedimentos, visando a integralidade da assistência.
- 4.7. Requisitos de Rede e Atendimento
- 4.8. Rede Referenciada: A operadora deverá comprovar a existência de rede hospitalar, laboratorial e clínica compatível com o quantitativo de vidas em todas as cidades onde o CREA-TO possui unidades físicas (Sede e Inspetorias).
- 4.9. Canais de Atendimento: Disponibilização de Central de Atendimento 24 horas (0800), portal do beneficiário e aplicativo móvel para gestão de guias e consultas de rede.
- 4.10. Movimentação Cadastral: O sistema de gestão da operadora deve permitir a inclusão e exclusão mensal de beneficiários (titulares e dependentes) de forma ágil, acompanhando o fluxo de pessoal da autarquia.
- 4.11. Requisitos de Qualificação da Operadora
- 4.12. Registro na ANS: A empresa deve estar devidamente registrada e ativa na Agência Nacional de Saúde Suplementar.
- 4.13. IDSS (Índice de Desempenho da Saúde Suplementar): Como critério de qualidade, a operadora deve demonstrar indicadores de desempenho satisfatórios junto aos órgãos reguladores.



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins
Comissão Permanente de Licitação – CPL

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR (ART. 18, §1º, INCISO V DA LEI Nº 14.133/2021)

- 5.1. Para a definição da melhor solução, a Administração do CREA-TO realizou um levantamento de mercado consultando diferentes operadoras e modelos de contratação. O objetivo foi comparar o modelo atual com as alternativas de mercado que atendam aos novos requisitos técnicos (ausência de coparticipação e abrangência nacional/estadual). Análise das Alternativas Identificadas:
- 5.2. Alternativa 1: Manutenção do Modelo Atual (Unimed Palmas)
- 5.3. Características: Plano com coparticipação em consultas e pronto atendimento. Abrangência restrita ao grupo de municípios.
- 5.4. Análise: Embora apresente um custo de mensalidade nominalmente inferior, transfere o risco financeiro ao servidor e limita o acesso à saúde nas inspetorias do interior, não atendendo aos novos requisitos de valorização do quadro de pessoal.
- 5.5. Alternativa 2: Contratação via Mútua (Seguros Unimed)
- 5.6. Características: Modelo coletivo por adesão individual para funcionários mutualistas, SEM COPARTICIPAÇÃO e com ABRANGÊNCIA NACIONAL, através da opção de Auxílio-Saúde.
- 5.7. Análise: Solução altamente viável, pois utiliza a expertise da Caixa de Assistência dos Profissionais do Crea para oferecer uma rede ampla e segura, eliminando custos variáveis para os 80 beneficiários.
- 5.8. Alternativa 3: Contratação Direta (Seguros Unimed/Unimed Planalto Central)
- 5.9. Características: Planos empresariais diretos, SEM COPARTICIPAÇÃO, com foco em rede nacional ou estadual robusta.
- 5.10. Análise: Demonstram a existência de competitividade no mercado para o padrão "Enfermaria", com valores que permitem a previsibilidade orçamentária pretendida pela autarquia.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE (ART. 18, §1º, INCISO VI DA LEI Nº 14.133/2021)

- 6.1. A estimativa de custos foi elaborada a partir da análise das propostas comerciais coletadas, considerando o perfil demográfico dos 80 beneficiários do CREA-TO. Para fins de equilíbrio orçamentário, os valores abaixo referem-se ao modelo sem coparticipação.



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins
Comissão Permanente de Licitação – CPL

6.2. A tabela abaixo apresenta os valores individuais (per capita) praticados pelas operadoras consultadas e a média aritmética que servirá de base para a licitação/contratação:

Faixa etária	UNIMED Regional 2026	MÚTUA Adesão Compacto Enfermaria II	SEGUROS UNIMED Adesão Compacto Enfermaria II	BANCO DE PREÇOS Unimed Planalto Central	MÉDIA
0 a 18 anos	345,91	378,45	329,90	366,25	355,13
19 a 23 anos	426,83	463,22	403,80	384,46	419,58
24 a 28 anos	516,44	579,98	505,61	421,30	505,83
29 a 33 anos	593,85	640,91	558,72	476,26	567,43
34 a 38 anos	653,27	682,67	595,10	549,53	620,14
39 a 43 anos	729,67	791,87	690,32	699,07	727,73
44 a 48 anos	845,21	946,62	825,22	915,88	883,23
49 a 53 anos	1.173,59	1.135,32	989,70	1.208,96	1.126,89
54 a 58 anos	1.584,39	1.347,90	1.175,01	1.593,62	1.425,23
> 59 anos	2.064,93	2.270,63	1.979,40	2.194,44	2.127,35

6.3. **Projeção de Custo Mensal por Faixa Etária** (Censo 80 Vidas) Utilizando a Média de Mercado aplicada ao quantitativo real de vidas do Conselho, chega-se à seguinte previsão de desembolso mensal:

Faixa Etária	Qtd. Vidas	Valor Médio (Unit.)	Valor Mensal	Valor Anual
00 a 18 anos	20	355,13	R\$ 7.102,55	R\$ 85.230,62
19 a 23 anos	1	419,58	R\$ 419,58	R\$ 5.034,93
24 a 28 anos	3	505,83	R\$ 1.517,50	R\$ 18.209,97
29 a 33 anos	14	567,43	R\$ 7.944,08	R\$ 95.328,99
34 a 38 anos	19	620,14	R\$ 11.782,70	R\$ 141.392,34
39 a 43 anos	10	727,73	R\$ 7.277,31	R\$ 87.327,78
44 a 48 anos	7	883,23	R\$ 6.182,62	R\$ 74.191,43
49 a 53 anos	2	1.126,89	R\$ 2.253,79	R\$ 27.045,45
54 a 58 anos	3	1.425,23	R\$ 4.275,69	R\$ 51.308,31
59 anos ou +	1	2.127,35	R\$ 2.127,35	R\$ 25.528,20
TOTAL GERAL	80		R\$ 50.883,17	R\$ 610.598,02



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins
Comissão Permanente de Licitação – CPL

- 6.4. **Estimativa Total Anual:** Com base na projeção acima, o valor estimado para a contratação de 12 meses é de **R\$ 610.598,02** (seiscentos e dez mil, quinhentos e noventa e oito reais e dois centavos).

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO (ART. 18, §1º, INCISO VII DA LEI Nº 14.133/2021)

- 7.1. A solução consiste na contratação, mediante processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins, de empresa especializada na prestação de serviços de assistência à saúde (Operadora de Plano de Saúde ou Seguro-Saúde). O modelo adotado visa a substituição da estrutura atual por uma solução mais abrangente e previsível, cujas características principais são:
- 7.2. **Modelo de Contratação:** Coletivo Empresarial, com o CREA-TO figurando como estipulante do contrato, garantindo a gestão direta sobre a qualidade do serviço prestado aos seus 80 beneficiários iniciais.
- 7.3. **Regime de Custeio:** Mensalidade fixa por faixa etária, fundamentada em um modelo SEM COPARTICIPAÇÃO ou COM COPARTICIPAÇÃO APENAS EM CONSULTAS E PRONTO ATENDIMENTO. Esta configuração elimina a flutuação financeira para o servidor e a complexidade administrativa de processamento de resíduos em folha de pagamento.
- 7.4. **Padrão de Acomodação:** Enfermaria (quarto coletivo), mantendo o padrão de economicidade e eficiência no uso dos recursos públicos, sem abdicar da dignidade e segurança do atendimento hospitalar.
- 7.5. **Abrangência Geográfica:** Nacional ou Regional, requisito indispensável para assegurar que servidores lotados nas inspetorias de Araguaína, Gurupi, Paraíso e Augustinópolis tenham acesso à rede credenciada de forma tão eficiente quanto os lotados na sede em Palmas, além de garantir suporte em deslocamentos a serviço.
- 7.6. **Segmentação Assistencial:** Cobertura Ambulatorial + Hospitalar com Obstetrícia, observando rigorosamente o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde vigente da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).
- 7.7. **Gestão de Vidas:** A solução deve permitir a movimentação cadastral (inclusões e exclusões) mensal, garantindo que o plano acompanhe a dinâmica do quadro de pessoal da autarquia.
- 7.8. A escolha desta solução integrada justifica-se por oferecer o melhor equilíbrio entre a **proteção social do trabalhador** e a **segurança administrativa da gestão**, consolidando um benefício robusto que auxilia na retenção de talentos e na promoção da saúde ocupacional no Conselho.



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins
Comissão Permanente de Licitação – CPL

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (ART. 18, §1º, INCISO VIII DA LEI Nº 14.133/2021)

- 8.1. Considerando a natureza do objeto, a contratação deverá ser realizada em Lote Único. A fragmentação da assistência à saúde (divisão por itens ou grupos de servidores) é tecnicamente inviável e administrativamente ineficiente, pois:
- 8.1.1. Prejudica a economia de escala e o poder de negociação do Conselho perante as operadoras;
 - 8.1.2. Dificulta a gestão dos contratos e a padronização do atendimento aos empregados;
 - 8.1.3. Poderia gerar desigualdade de benefícios entre servidores de uma mesma autarquia.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS (ART. 18, §1º, INCISO IX DA LEI Nº 14.133/2021)

- 9.1. Com a conclusão deste processo, o CREA-TO espera alcançar:
- 9.1.1. Eliminação da barreira financeira: Permitir que o servidor utilize o plano de forma preventiva sem o custo extra da coparticipação;
 - 9.1.2. Segurança Jurídica e Administrativa: Transição para um modelo de contratação direta que garanta a continuidade do serviço;
 - 9.1.3. Melhoria no Clima Organizacional: Valorização dos servidores lotados tanto na sede quanto nas inspetorias do interior, através de uma rede de atendimento nacional e robusta.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

- 10.1. Em conformidade com o Art. 18, §1º, inciso X da Lei nº 14.133/2021, a Administração do CREA-TO deverá adotar as seguintes providências para garantir a eficácia da contratação e a adequada fiscalização do serviço:
- 10.2. Transição e Migração de Vidas
- 10.2.1. Notificação do Contrato Atual: Proceder com o aceite de rescisão ou encerramento junto à Unimed Palmas, garantindo que o encerramento do vínculo coincida com o início da vigência da nova operadora para evitar períodos de desassistência.



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins
Comissão Permanente de Licitação – CPL

- 10.2.2. Validação do Censo: Realizar uma última conferência documental dos 80 beneficiários (titulares e dependentes) para envio à nova operadora, assegurando a correta inclusão nas faixas etárias correspondentes.
- 10.2.3. Negociação de Carências: Formalizar junto à futura contratada a compra ou redução de carências (portabilidade), considerando que os empregados já possuem vínculo ativo com plano de saúde anterior.
- 10.3. Designação de Gestor e Fiscal de Contrato
 - 10.3.1. Ato de Designação: Publicação de portaria designando os empregados públicos responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato, conforme as diretrizes da Lei nº 14.133/2021.
 - 10.3.2. Capacitação: Promover o treinamento do Fiscal de Contrato e da equipe de Gestão de Pessoas sobre o sistema de movimentação cadastral da nova operadora e os fluxos de faturamento (visto que agora o modelo é sem coparticipação, simplificando a conferência mensal).
- 10.4. Fluxo Administrativo de Conferência
 - 10.4.1. Protocolo de Faturamento: Instituir o fluxo de recebimento e validação das faturas mensais, que deverão ser conferidas com base no número de vidas ativas e nas faixas etárias, eliminando os antigos processos de conferência de extratos de coparticipação.
 - 10.4.2. Canal de Comunicação Interna: Elaborar material informativo para os empregados explicando as novas regras de utilização, rede credenciada nacional e a descontinuidade da cobrança de coparticipação.

11. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (ART. 18, §1º, INCISO XIII DA LEI Nº 14.133/2021)

- 11.1. Em cumprimento ao Art. 18, §1º, inciso XIII da Lei nº 14.133/2021, a equipe de planejamento da contratação, após analisar os cenários técnicos e os levantamentos de mercado realizados, conclui que a contratação na modalidade Pregão Eletrônico de operadora de saúde no modelo Sem Coparticipação e com Abrangência Nacional é a solução que melhor atende à necessidade do CREA-TO.
- 11.2. Justificativa da Viabilidade
 - 11.2.1. A contratação mostra-se técnica e economicamente viável sob os seguintes fundamentos:
 - 11.2.2. Adequação às Necessidades: A solução resolve a precariedade do atendimento nas inspetorias do interior (garantindo rede nacional) e elimina o ônus variável sobre a remuneração dos servidores;



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins
Comissão Permanente de Licitação – CPL

- 11.2.3. Economicidade Administrativa: Embora o valor nominal da mensalidade seja superior ao contrato atual, a Administração ganha em previsibilidade orçamentária e reduz drasticamente o esforço operacional de gestão de faturas e processamento de coparticipação;
- 11.2.4. Conformidade Legal: O processo seguiu os parâmetros de busca de preços de mercado, estabelecendo um valor de referência de R\$ **R\$ 610.598,02** anuais que reflete o padrão de mercado para 80 vidas na modalidade integral.
- 11.3. Diante do exposto, este Estudo Técnico Preliminar declara VIÁVEL a contratação pretendida. A solução proposta está alinhada ao Planejamento Estratégico do Conselho e ao dever de zelo pela saúde e segurança de seus empregados públicos, constituindo-se em um investimento fundamental para a continuidade das atividades institucionais da autarquia.

Palmas, 11 de março de 2026

**Cattere
Angélica
da Rocha
Reges**

Assinado de
forma digital por
Cattere Angélica
da Rocha Reges
Dados:
2026.03.11
14:09:20 -03'00'

Cattere Angélica da Rocha Reges
Assessora Institucional
Matrícula 193

**PATRICIA
MICIELI
GARBELIM
:21378125
843**

Assinado de
forma digital por
PATRICIA MICIELI
GARBELIM:21378
125843
Dados:
2026.03.11[®]
14:13:05 -03'00'

Patrícia Micieli Garbelim
Gerente Administrativa
Matrícula 479



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins
Gerência Administrativa



TERMO DE REFERÊNCIA – LEI 14.133/21

SERVIÇOS COMUNS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE – PREGÃO E CONCORRÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Contratação de Plano Privado de Assistência à Saúde para os empregados do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins – Crea-TO e seus dependentes, atendendo as exigências estabelecidas pela legislação vigente e conforme especificações contidas neste Termo de Referência.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT
1	Prestação de serviços de ASSISTÊNCIA À SAÚDE para 80 beneficiários (53 titulares e 27 dependentes), compreendendo segmentação Ambulatorial + Hospitalar com Obstetrícia, padrão de acomodação ENFERMARIA. O regime de custeio poderá ser integral (SEM COPARTICIPAÇÃO) ou COM COPARTICIPAÇÃO RESTRITA APENAS A CONSULTAS E PRONTO ATENDIMENTO, sendo vedada a incidência de coparticipação em exames, terapias e internações. A abrangência geográfica para atendimentos eletivos deve ser, no mínimo, em TODO O ESTADO DO TOCANTINS, sendo admitida a abrangência NACIONAL, garantindo-se, em qualquer caso, o atendimento de URGÊNCIA E EMERGÊNCIA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL, conforme o Rol de Procedimentos da ANS e demais exigências deste Termo de Referência	17833	UNIDADE (BENEFICIÁRIO)	80

- 1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de 5 anos contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 1.3.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que a assistência à saúde dos empregados é uma necessidade permanente e prolongada da administração, sendo a vigência plurianual mais vantajosa



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins
Gerência Administrativa



por garantir a manutenção das carências e estabilidade da rede credenciada.

- 1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A contratação tem por objetivo oferecer aos empregados públicos do Crea-TO e aos seus dependentes, condições de assistência à saúde, visto que é fator diferencial na qualidade de vida dos mesmos e propicia a tranquilidade necessária para o bom desenvolvimento das atividades laborais, o que favorece o baixo índice de absenteísmo, favorecendo a qualidade dos serviços prestados à sociedade. Além disso, oferecer um plano de saúde adequado contribui para a prevenção de doenças através de consultas médicas e exames laboratoriais e é um incentivo extra na manutenção da motivação e comprometimento dos empregados. Ademais, a presente contratação faz parte do rol de benefícios trabalhistas concedidos e aprovados pelo Conselho por meio do Plano de Cargos, Carreiras e Salários vigente.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual (PCA), e detalhada no Estudo Técnico Preliminar (ETP), conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. DOS SERVIÇOS E COBERTURAS

- 3.1.1. A empresa deverá disponibilizar aos beneficiários titulares e dependentes, plano de saúde, de classificação ENFERMARIA, com o tipo de adesão opcional, incluindo os seguintes serviços básicos:

TIPO DE SERVIÇO
<p>1. AMBULATORIAL</p> <p>Consultas – Todas as especialidades médicas e sem limitações.</p> <p>Exames Básicos – Laboratoriais; Ecocardiograma (convencional sem doppler); Radiológicos (não intervencionista); Exames de prevenção ao câncer; Exames colposcópicos; Exames e teste oftalmológicos; Audiometria; Exames e testes otorrinolaringológicos; Eletroencefalograma (Convencional); Ultrassonografia; Eletrocardiograma (Convencional); Raio X e outros.</p> <p>Exames Especiais – Cintilografia; Angiografia Digital; Ecoencefalograma; Ecocardiograma unidimensional; Ecocardiograma bidimensional; Radiologia intervencionista; Holter</p>



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins
Gerência Administrativa



cardíaco contínuo de 24 horas; Holter de pressão arterial (MAPA); Teste Ergométrico; Eletroencefalograma com mapeamento cerebral; Punção percutânea de órgãos orientados por US, TC, RX, RM; Tomografia Computadorizada; Provas de função pulmonar; Densitometria Óssea; Estudo Urodinâmico; Litrotripsia do trato urinário; Ressonância magnética; Artroscopia; Cistosopia; Medicina Nuclear e outros.

Procedimentos Especiais - Fisioterapia; Inaloterapia; Quimioterapia; Radioterapia; Pequenas Cirurgias (Realizadas em Ambulatório); Diálise; Cauterização; Fraturas; Suturas; Hemodiálise e outros.

2. HOSPITALAR

Internações – Clínica; Cirúrgica; U.T.I. (Unidade de tratamento Intensivo); U.T.I. Neonatal; Dependência química; Em psiquiatria; UTI móvel – (Remoção de UTI por indicação do Médico) e outras.

Cirurgias – Cirurgias básicas; Cirurgias especiais; Transplantes de Rins e Córnea.

- Remoção do paciente, quando comprovadamente necessária, para outro estabelecimento hospitalar, dentro dos limites de abrangência geográfica do plano contratado, ou fora dele em caso de ausência de assistência no local, em meio de transporte adequado à gravidade do caso;

3. OBSTETRICIA

Pré-Natal – Consultas e Exames.

Parto – Normal e Cesáreo

3.1.2. As coberturas do plano contratado deverão abranger, minimamente, as previstas na Lei nº 9.656/98 e suas atualizações, bem como das Resoluções Normativas em vigor emitidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

3.1.3. O referido plano compreenderá os procedimentos clínicos, cirúrgicos, obstétricos e os atendimentos de urgência e emergência, bem como todos os exames e procedimentos elencados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS vigente (atualmente a RN nº 465/2021) e suas atualizações.

3.1.4. Para o grupo inicial de beneficiários aderentes no primeiro mês, não haverá aplicação de carências ou Cobertura Parcial Temporária (CPT), conforme RN 465 da ANS para planos coletivos empresariais.

3.2. DA MIGRAÇÃO E ISENÇÃO DE CARÊNCIAS:

3.2.1. Para a massa inicial de beneficiários (titulares e dependentes) oriundos do contrato anterior, a Contratada deverá realizar a migração automática sem a exigência de cumprimento de quaisquer prazos de carência ou Cobertura Parcial Temporária (CPT), garantindo a continuidade da assistência à saúde sem interrupções."



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins
Gerência Administrativa



3.3. DA ABRANGÊNCIA

- 3.3.1. No plano privado de assistência à saúde a ser ofertado pela operadora, para a utilização dos serviços descritos neste Termo de Referência, os beneficiários terão acesso a toda sua rede própria e/ou credenciada no Estado da Tocantins, abrangendo, no mínimo, as cidades de Palmas, Araguaína e Gurupi.
- 3.3.2. Nos municípios de Palmas, Araguaína e Gurupi, será exigido no mínimo 1 (um) hospital para internações eletivas com urgência e emergência 24 horas (pronto socorro).
- 3.3.3. Deverá ser garantido atendimento de urgência e emergência 24 horas (pronto socorro) em todo o território nacional.
- 3.3.4. De acordo com o que determina a RN nº 259, de 2011, a operadora do plano de saúde deverá garantir o transporte de seus beneficiários a prestadores de serviços habilitados para o atendimento demandado, assim como seu retorno ao município da demanda pelo atendimento em casos de urgência ou emergência.

Situação	Solução
Existe prestador credenciado disponível para atender o beneficiário no município onde ele está.	A operadora não é responsável pela garantia do transporte.
Existe prestador para o atendimento de casos de urgência ou emergência no município onde o beneficiário está, mas ele está indisponível para o seu plano de saúde.	Caso a operadora do plano de saúde não consiga garantir o atendimento, com prestador credenciado ou não do plano de saúde, no município onde você está ou nos municípios limítrofes, deverá transportá-lo até um estabelecimento de saúde que ofereça urgência e emergência pertencente a algum município onde você possa ser atendido. As despesas com o transporte, de ida e volta, e com o atendimento ficarão a cargo da operadora.
Inexistência de prestador de serviços de urgência e emergência no município onde o beneficiário está.	Caso a operadora do plano de saúde não consiga garantir o atendimento, com prestador credenciado ou não do plano de saúde, nos municípios limítrofes ou na Região de Saúde, deverá transportar você até um município onde possa ser atendido. As despesas com o transporte, de ida e volta, e com o atendimento ficarão a cargo da operadora. Importante ressaltar que a operadora do plano de saúde também terá que transportar você até o estabelecimento ou



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins
Gerência Administrativa



	profissional disponível para o atendimento, se este estiver localizado em um município limítrofe ou em um município da Região de Saúde que não faça parte da área de atuação do produto registrada na ANS e no contrato.
--	--

3.3.5. A operadora deverá disponibilizar meios de atendimento para consulta e procedimentos eletivos e de urgência e emergência, tais como, telemedicina ou traslado ou reembolso de despesas com traslado até o município que tenha cobertura do plano para os servidores que atuam nas seguintes cidades: Paraíso, Porto Nacional, Augustinópolis e Guaraí, podendo haver a ampliação de inspetorias para outras cidades. Cada uma destas cidades conta atualmente com 1 servidor apenas.

3.3.6. Na hipótese de internações, os beneficiários terão direito a utilização de acomodação compatível de classificação enfermária. Havendo indisponibilidade de leito hospitalar nos estabelecimentos próprios ou credenciados pelo plano, é garantido ao beneficiário o acesso à acomodação em nível superior, SEM ônus adicional.

3.3.7. Para utilizarem os serviços acobertados pelo plano privado de assistência à saúde de que trata este Termo, os beneficiários poderão se dirigir diretamente à rede credenciada e/ou própria da licitante vencedora, apresentando a carteira de identificação por ela fornecida e documento de identidade ou outro equivalente que comprove ser o próprio beneficiário, sem necessidade de guia previamente autorizada, salvo nos casos de internação eletiva e de exames especiais, assim considerados aqueles de maior complexidade técnica e custo elevado, a serem indicados pela operadora.

3.3.8. A autorização para a realização de exames especiais/alta complexidade/cirurgias eletivas entre outras demandas deverá ser fornecida, no prazo estabelecido na legislação vigente.

3.4. DA INDISPONIBILIDADE DE PRESTADOR INTEGRANTE DA REDE ASSISTENCIAL NO MUNICÍPIO

3.4.1. Na hipótese de indisponibilidade de prestador integrante da rede assistencial que ofereça o serviço ou procedimento demandado, no município pertencente à área geográfica de abrangência e à área de atuação do produto, a operadora deverá garantir o atendimento em:

3.4.2. Prestador não integrante da rede assistencial no mesmo município;
ou

3.4.3. Prestador integrante ou não da rede assistencial nos municípios limítrofes a este.



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins
Gerência Administrativa



- 3.4.4. No caso de atendimento por prestador não integrante da rede assistencial, o pagamento do serviço ou procedimento será realizado pela operadora ao prestador do serviço ou do procedimento, mediante acordo entre as partes.
- 3.4.5. Na indisponibilidade de prestador integrante ou não da rede assistencial no mesmo município ou nos municípios limítrofes a este, a operadora deverá garantir o transporte do beneficiário até um prestador apto a realizar o devido atendimento, assim como seu retorno à localidade de origem.
- 3.4.6. O disposto nos itens 2.3.1, 2.3.2 e 2.3.3 se aplica ao serviço de urgência e emergência, sem necessidade de autorização prévia, respeitando as Resoluções CONSU nº 8 e 13, ambas de 3 de novembro de 1998, ou os normativos que vierem a substituí-las.

3.5. DA INEXISTÊNCIA DE PRESTADOR NO MUNICÍPIO

- 3.5.1. Na hipótese de inexistência de prestador, seja ele integrante ou não da rede assistencial, que ofereça o serviço ou procedimento demandado, no município pertencente à área geográfica de abrangência e à área de atuação do produto, a operadora deverá garantir atendimento de acordo com as regras da Resolução Normativa de nº 259, de 17 de junho de 2011 da ANS, bem como suas alterações posteriores, da seguinte forma:
- 3.5.2. I Prestador integrante ou não da rede assistencial nos municípios limítrofes a este; ou
- 3.5.3. II Prestador integrante ou não da rede assistencial na região de saúde à qual faz parte o município.
- 3.5.4. Na inexistência de prestadores, a operadora deverá garantir o transporte do beneficiário até um prestador apto a realizar o devido atendimento, assim como seu retorno à localidade de origem.
- 3.5.5. Na hipótese de inexistência de prestador, seja ele integrante ou não da rede assistencial, que ofereça o serviço de urgência e emergência demandado, no mesmo município, nos municípios limítrofes a este e na região de saúde à qual faz parte o município, desde que pertencentes à área geográfica de abrangência e à área de atuação do produto, a operadora de imediato deverá garantir o transporte do beneficiário até um prestador apto a realizar o devido atendimento, assim como seu retorno à localidade de origem.

3.6. DO REEMBOLSO

- 3.6.1. Na hipótese de descumprimento do disposto nos itens 2.3 ou 2.4, caso o beneficiário seja obrigado a pagar os custos do atendimento, a



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins
Gerência Administrativa



operadora deverá reembolsá-lo integralmente no prazo de até 30 (trinta) dias, contado da data da solicitação de reembolso, inclusive as despesas com transporte, de acordo com as regras da Resolução Normativa de nº 259, de 17 de junho de 2011 da ANS, bem como suas alterações posteriores.

3.7. DOS BENEFICIÁRIOS

3.7.1. Serão aceitos como beneficiários titulares para fins do contrato a ser celebrado:

3.7.2. Os Empregados Públicos vinculados ao CREA-TO;

3.7.3. O aposentado e o ex-empregado exonerado, demitido sem justa causa, que tenha contribuído com a mensalidade do seu próprio plano de saúde Coletivo Empresarial em andamento, nos termos da Lei 9.656/98, artigos 30 e 31, bem como da Resolução Normativa nº 279, de 24 de novembro de 2011 da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

3.7.4. Serão aceitos como beneficiários dependentes dos titulares para fins do contrato a ser celebrado:

- a. Cônjuge ou companheiro(a);
- b. Filhos(as) até 24 anos;
- c. Enteados(as) até 24 anos;
- d. Filhos (as) e enteados (as) de qualquer idade, com invalidez permanente;
- i. O CREA-TO encaminhará à licitante vencedora a relação dos beneficiários quando da formalização do contrato, e comunicará as eventuais inclusões e exclusões até o dia 20 de cada mês.
- ii. Novas inclusões de beneficiários após a data do início da vigência do contrato com a empresa vencedora do certame seguirão as regras estabelecidas nos itens acima, mediante comprovação da sua elegibilidade e vínculo.
- iii. Não poderão ser incluídos no plano de saúde na qualidade de beneficiários titulares e dependentes/usuários extras aqueles que não se enquadrarem nas condições de elegibilidade conforme critérios estabelecidos nos itens acima.
- iv. Sem prejuízo de inserção/exclusão futura de novos beneficiários e dependentes, as faixas etárias e quantitativos/clientela prevista, para gozar das coberturas do contrato, com vistas apenas a formação de preço, são de aproximadamente:



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins
Gerência Administrativa



Idade	Titular (a)	Dependente (b)	Total (c)
0 a 18 anos	0	20	20
19 a 23 anos	1	0	1
24 a 28 anos	3	0	3
29 a 33 anos	13	1	14
34 a 38 anos	14	5	19
39 a 43 anos	8	2	10
44 a 48 anos	7	0	7
49 a 53 anos	1	1	2
54 a 58 anos	2	1	3
≥ 59 anos	1	0	1
≥ 70 anos	0	0	0
TOTAL	50	30	80

Total geral de beneficiários: 80 (oitenta)

- v. As quantidades indicadas são meramente exemplificativas e tem por objetivo dimensionar o universo de beneficiários, podendo variar durante a prestação do serviço, conforme a alteração do quadro de servidores e seus dependentes.

3.8. CONDIÇÕES DE COPARTICIPAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

3.8.1. Caso a proposta vencedora preveja o regime de coparticipação, os custos decorrentes deverão ser cobrados mensalmente em fatura complementar ou discriminada, para fins de conferência administrativa.

3.8.2. A incidência de coparticipação dos beneficiários é restrita e seguirá rigorosamente os limites estabelecidos na tabela abaixo:

Procedimentos	Ambulatorial	Urgência/ Emergência	Internação
Consultas eletivas	Até 50%	Até 50%	0%
Exames complementares	0%	0%	0%
Procedimentos de Alta Complexidade	0%	0%	0%

3.8.3. O percentual de coparticipação incidirá exclusivamente sobre o valor da tabela de honorários e serviços da própria operadora CONTRATADA, sendo vedada a utilização de tabelas externas que onerem o beneficiário acima dos limites de mercado..

3.8.4. Os beneficiários titulares ativos contribuirão com o custeio do plano da seguinte forma:



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins
Gerência Administrativa



- 3.8.4.1. Por cada beneficiário titular do plano: 5% (cinco por cento) de sua própria mensalidade e 100% das suas respectivas coparticipações;
- 3.8.4.2. Por cada beneficiário dependente e/ou usuários extras/agregados: 100% (cem por cento) de suas mensalidades e coparticipações.
- 3.8.5. Proteção Especial para Tratamentos Continuados: Em observância ao caráter de assistência social e saúde ocupacional desta contratação, fica estabelecida a ISENÇÃO TOTAL (0% de coparticipação) para todos os procedimentos relacionados a tratamentos de:
- 3.8.6. Transtorno do Espectro Autista (TEA) e demais transtornos globais do desenvolvimento;
- 3.8.7. Tratamentos Oncológicos (Quimioterapia, Radioterapia e correlatos);
- 3.8.8. Hemodiálise e Diálise Peritoneal.
- 3.8.9. A isenção abrange consultas, exames, terapias e medicamentos constantes no Rol da ANS vinculados diretamente a estas patologias.
- 3.9. DOS BENEFICIÁRIOS DEMITIDOS SEM JUSTA CAUSA, EXONERADOS OU APOSENTADOS**
- 3.9.1. O aposentado, ex-empregado, exonerado, demitido sem justa causa, que contribuía para o custeio da sua própria mensalidade do plano privado de saúde, terá o direito de manter conforme os prazos e critérios estabelecidos conforme os artigos 30 e 31 da Lei 9656/98, bem como da Resolução Normativa de nº 279, de 24 de novembro de 2011 da Agência Nacional de Saúde Suplementar, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozava quando da vigência do contrato de trabalho, sem prejuízo de eventuais vantagens obtidas em negociações coletivas.
- 3.9.2. O aposentado, ex-empregado exonerado, demitido sem justa causa, a partir do momento de seu desligamento, declarando o desejo pela manutenção, será responsável pelo pagamento integral do seu plano de saúde e dos seus respectivos dependentes, bem como, da coparticipação, cuja cobrança deverá ser realizada pela Contratada diretamente ao beneficiário.
- 3.9.3. Os beneficiários elegíveis na condição supracitada conforme normas estabelecidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, e legislações vigentes, seguirão as mesmas coberturas, serviços, reajustes,



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins
Gerência Administrativa



entre outras regras estabelecidas no contrato firmado entre o Crea-TO e a operadora/cooperativa/seguradora vencedora do certame.

3.10. DA CARÊNCIA E DA COBERTURA PARCIAL TEMPORÁRIA

3.10.1. A licitante vencedora não poderá impor carência aos:

3.10.1.1. Beneficiários titulares e seus dependentes que sejam transferidos do plano já contratado pelo CREA-TO e que já tenham cumprido sua carência, para implantação/execução do novo contrato.

3.10.1.2. Empregados e seus dependentes, que vierem a ser admitidos no Crea-TO após a contratação do plano, que, no prazo de 30 (trinta) dias ininterruptos, contados da data em que entrar em exercício, solicitar a sua inclusão e a dos seus dependentes no plano de saúde, ficando, nesse caso, isentos de carência para usufruírem dos serviços abrangidos.

3.10.1.3. Beneficiários dependentes incluídos no plano em até 30 dias a contar da data do fato gerador, mediante apresentação do respectivo documento de comprovação (certidão de nascimento, de adoção, de casamento, de união estável, bem como, decisão judicial, atestados, etc.)

3.10.2. Os usuários que forem cadastrados após os prazos estipulados nos itens acima ficarão sujeitos ao período de carência conforme tabela abaixo:

Prazo	Tipo de atendimento
24 (vinte e quatro) horas	Atendimento de urgência e emergência
30 (trinta) dias	Consultas e exames de análise clínica
180 (cento e oitenta)	Demais procedimentos
300 (trezentos) dias	Partos
24 (vinte e quatro) meses	Doenças e lesões pré-existentes

3.10.3. Durante o período de carência de 24 (vinte e quatro) meses para doenças e lesões pré-existentes, em caso de urgência e emergência decorrente de doenças e lesões pré-existentes a cobertura será limitada até as primeiras 12 (doze) horas do atendimento conforme CONSU 13 da ANS.

3.11. DA TAXA DE ADESÃO/IMPLANTAÇÃO:

3.11.1. A taxa de adesão ou custo de implantação de que trata a proposta comercial será devida exclusivamente para novos usuários que



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins
Gerência Administrativa



ingressarem no plano após o período de migração da massa inicial. Fica vedada a cobrança de taxa de adesão, implantação ou correlatos para os beneficiários que já compõem o quadro atual do Crea-TO no momento da assinatura deste contrato.

3.12. DAS EXCLUSÕES DE COBERTURA

3.12.1. São permitidas as exclusões assistenciais conforme a legislação vigente.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. Sustentabilidade: atender aos critérios de sustentabilidade que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.
- 4.2. Subcontratação: não é admitida a subcontratação do objeto contratual.
- 4.3. Garantia da contratação: não haverá exigência da garantia da contratação dos art.96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

- 5.1. A contratada deverá disponibilizar plano de saúde de classificação ENFERMARIA, com adesão opcional, garantindo a cobertura mínima obrigatória do Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS vigente. A assistência compreende:
 - 5.1.1. **Ambulatorial:** Consultas em todas as especialidades médicas, exames básicos e especiais (laboratoriais, ecocardiograma, radiológicos, prevenção ao câncer, tomografia, ressonância, etc.), terapias (fisioterapia, fonoaudiologia, psicoterapia) e tratamentos ambulatoriais.
 - 5.1.2. **Hospitalar com Obstetrícia:** Internações clínicas, cirúrgicas, em UTI e leitos especiais, sem limitação de prazo, incluindo partos e assistência ao recém-nascido.

Abrangência da prestação dos serviços

- 5.2. Geográfica: O atendimento deverá ser prestado no Estado do Tocantins, obrigatoriamente com rede credenciada própria ou contratada no mínimo nas cidades de Palmas, Araguaína e Gurupi.
- 5.3. Urgência e Emergência: Deverá ser garantido o atendimento de urgência e emergência em todo o território nacional.



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins
Gerência Administrativa



5.4. Rede Mínima: em Palmas, Araguaína e Gurupi, a operadora deve disponibilizar ao menos 01 (um) hospital com atendimento 24h para pronto-socorro e internações.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.1. Beneficiários

- a. Titulares: Empregados ativos do Crea-TO, conselheiros, ocupantes de cargos em comissão e aposentados (conforme Lei 9.656/98).
- b. Dependentes: Cônjuges/companheiros(as); filhos solteiros, enteados e menores sob guarda até 21 anos (ou 24 anos se estudantes universitários); e filhos inválidos de qualquer idade.

5.5.2. Carências

- c. Isenção Total: Não haverá exigência de carência para os beneficiários inscritos no início da vigência do contrato (migração da massa atual) e para novos empregados que solicitarem inclusão em até 30 dias da posse.
- d. Inclusões Posteriores: Para adesões fora do prazo de 30 dias, aplicam-se os prazos da ANS: 24h para urgência/emergência; 30 dias para consultas/exames básicos; 180 dias para exames especiais/internações; e 300 dias para parto.
- e. CPT: Cobertura total para Doenças e Lesões Preexistentes (DLP) para a massa inicial de beneficiários.

5.5.3. Coparticipação

- a. Percentuais em caso de plano com coparticipação: Consultas eletivas e pronto atendimento (até 50% do valor da tabela da operadora); Exames básicos e especiais (0%); Internações e cirurgias (0%).
- b. Custeio: O Crea-TO arcará com 95% do valor da mensalidade do titular. Os demais custos (5% do titular, 100% dos dependentes e coparticipações) serão descontados em folha de pagamento.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.6. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins
Gerência Administrativa



- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante todo o período de vigência contratual, devendo o mesmo estar disponível para reuniões e atendimentos às demandas da fiscalização sempre que solicitado, por meios remotos ou presenciais.
- 6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

- 6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

- 6.10. Caberá ao fiscal técnico verificar a manutenção da rede credenciada descrita na proposta, o cumprimento dos prazos máximos de atendimento da ANS e a qualidade dos serviços prestados. Qualquer descredenciamento de hospital ou redução de rede sem substituição à altura deverá ser reportado para fins de sanção.
- 6.11. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins
Gerência Administrativa



assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

- 6.12. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
- 6.13. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- 6.14. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);
- 6.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);
- 6.16. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

- 6.17. Caberá ao fiscal administrativo conferir a regularidade da fatura mensal com base na movimentação cadastral (inclusões e exclusões), verificar a manutenção das condições de habilitação da operadora e controlar os descontos de coparticipação para repasse.
- 6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins
Gerência Administrativa



Gestor do Contrato

- 6.20. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
- 6.21. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 6.22. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- 6.23. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VII).
- 6.24. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- 6.25. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- 6.26. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins
Gerência Administrativa



7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item, mediante a verificação da regularidade da cobertura assistencial e a exatidão da fatura apresentada em relação ao número de beneficiários ativos e as tabelas de preços contratadas.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A aferição da qualidade considerará o cumprimento dos prazos da ANS e a manutenção da rede credenciada.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. Conferência da Quantidade de Beneficiários:

7.3.1.1. A conferência mensal do número de beneficiários (titulares e dependentes) efetivamente inscritos e com cobertura ativa no período de competência, confrontando os dados da fatura com os registros de movimentação (inclusões e exclusões) realizados pelo setor de Gestão de Pessoas do CREA-TO;

7.3.2. Verificação de Prazos e Atendimento:

7.3.2.1. A verificação do cumprimento dos prazos máximos de atendimento estabelecidos pela RN nº 566/2022 da ANS (ou norma superveniente) e a manutenção da rede credenciada mínima exigida no Termo de Referência;

7.3.3. Conformidade de Preços e Faixas Etárias:

7.3.3.1. A conferência da aplicação correta dos valores das mensalidades por faixa etária, conforme a proposta comercial vencedora, bem como a verificação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada como condição para a liquidação da despesa.



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins
Gerência Administrativa



Do recebimento

- 7.4. O pagamento será efetuado mensalmente, mediante apresentação de nota fiscal/fatura acompanhada da relação detalhada de beneficiários e dos custos de coparticipação apurados no período. O prazo para pagamento será 05 (cinco) dias úteis após o recebimento definitivo.
- 7.5. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.
- 7.6. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.
- 7.7. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.
- 7.8. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).
- c. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- d. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).
- e. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)
- f. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- g. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins
Gerência Administrativa



pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

- h. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
 - i. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
 - j. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)
 - k. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
 - l. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.9. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.10. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- m. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).
 - n. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins
Gerência Administrativa



pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

- o. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- p. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- q. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.11. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.12. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.13. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.14. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

- r. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.15. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins
Gerência Administrativa



- e) o valor a pagar; e
 - f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.16. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;
- 7.17. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.18. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 7.19. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.20. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.21. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.22. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

- 7.23. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
- 7.24. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins
Gerência Administrativa



até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária.

Forma de pagamento

- 7.25. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 7.26. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.27. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- s. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.28. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

- 7.29. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.
- 7.29.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.
- 7.30. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 7.31. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, **nos termos da Lei nº 14.133, de 2021**, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins
Gerência Administrativa



- 7.32. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração (Instrução Normativa nº 53, de 8 de julho de 2020 e Anexos).
- 7.33. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO nos termos da Lei 14.133/2021, art. 28, inciso I, e art. 29, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

Regime de execução

- 8.2. O regime de execução do contrato será de Empreitada por Preço Unitário.

Critérios de aceitabilidade de preços

- 8.3. Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

- 8.3.1. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021);

- 8.4. Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será:

- 8.4.1. valor global: conforme valor estimado da licitação

Exigências de habilitação

- 8.5. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins
Gerência Administrativa



Habilitação jurídica

- 8.6. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 8.7. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.8. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.9. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.10. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.
- 8.11. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.12. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 8.13. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 8.14. **Ato de autorização** para o exercício da atividade de operação de planos privados de assistência à saúde, expedido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, nos termos do art. 1º da Lei nº 9.656/1998.
- 8.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins
Gerência Administrativa



Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);
- 8.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.21. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.24. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 8.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins
Gerência Administrativa



- 8.26. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
- 8.27. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 8.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e
- 8.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 8.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 8.31. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de % do valor total estimado da contratação.
- 8.32. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 8.33. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

- 8.34. A Licitante deverá apresentar:
- 8.34.1. **Registro na ANS:** Comprovação de registro ativo da Operadora de Plano de Saúde junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar.
- 8.34.2. **Registro do Produto:** Comprovante de registro do plano ofertado na ANS, com segmentação Ambulatorial + Hospitalar com Obstetrícia.
- 8.34.3. **Atestado de Capacidade Técnica:** Fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante presta ou prestou serviços de assistência à saúde para grupos de beneficiários de complexidade semelhante.
- 8.34.4. **Rede Credenciada:** Relação de estabelecimentos (hospitais, clínicas e laboratórios) que atenderão as cidades de Palmas, Araguaína e Gurupi.
- 8.35. A licitante deverá comprovar o registro ativo da operadora e do plano ofertado perante a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), conforme exigências da Lei nº 9.656/98



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins
Gerência Administrativa



- 8.36. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 8.37. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
- 8.37.1. Registro ou inscrição da empresa licitante na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS ;
 - 8.37.2. Registro do Produto (plano de saúde) objeto desta licitação na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, ativo e com comercialização liberada;
 - 8.37.3. Comprovação de que a operadora possui rede de atendimento (própria ou credenciada) no Estado do Tocantins, abrangendo minimamente os municípios de Palmas, Araguaína e Gurupi, conforme exigido no item 3.2.1 do Termo de Referência
- 8.38. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- 8.38.1. Comprovação de aptidão para a prestação de serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
 - 8.38.2. Para fins da comprovação de que trata o item anterior, os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 9.1. Proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento dos serviços contratados.
- 9.2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA durante o prazo de vigência do contrato.
- 9.3. Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA às suas instalações, sempre que se fizer necessário, exclusivamente para assuntos relacionados a prestação dos serviços.



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins
Gerência Administrativa



- 9.4. Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.
- 9.5. Rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com este Termo e com o Contrato.
- 9.6. Encaminhar à Contratada a relação de beneficiários e respectivos dependentes, juntamente com o Termo de Contrato para assinatura.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 10.1. Executar os serviços contratados e nas mesmas condições, de forma contínua, com a melhor técnica e zelo profissional, utilizando-se de pessoal adequadamente qualificado e capacitado para suas atividades, com grau de experiência compatível com as atividades a serem exercidas.
- 10.2. Responder por danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, devidamente comprovado, quando da execução dos serviços.
- 10.3. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, devidamente comprovada, durante a execução dos serviços, ainda que no recinto da CONTRATANTE.
- 10.4. Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito Federal, Estadual ou Municipal, bem como, assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação da ANS, inclusive quanto aos preços praticados.
- 10.5. Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados.
- 10.6. Atender prontamente as solicitações que se fizerem necessárias referentes à prestação de serviços contratados.
- 10.7. Prestar os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo-os sempre em perfeita ordem.
- 10.8. Fornecer, na forma solicitada pelo CONTRATANTE, o demonstrativo das despesas com a utilização dos serviços.
- 10.9. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital.
- 10.10. Em nenhuma hipótese, veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços contratados, sem prévia autorização da CONTRATANTE.
- 10.11. Manter durante o período de vigência do contrato, um preposto aceito pela CONTRATANTE, para representação da CONTRATADA, em tempo e periodicidade acordado entre as partes.



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins
Gerência Administrativa



10.12. Fornecer números telefônicos e/ou outros meios para contato do CONTRATANTE com o preposto, sem que com isso ocorra quaisquer ônus extras para a CONTRATANTE.

10.13. Responsabilizar-se pelo ônus resultantes de ações, demandas, custos e despesas, decorrentes de danos, devidamente comprovados, ocorridos por culpa sua ou de quaisquer dos seus empregados e prepostos, obrigando-se igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do contrato.

10.14. Prestar esclarecimentos a CONTRATANTE sobre eventuais atos notificados que envolvam a prestação de serviços independente de solicitação.

10.15. Cumprir todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, incluído seguro contra riscos de acidente de trabalho, com relação ao pessoal eventualmente designado para a realização do serviço, que não terão com o CONTRATANTE qualquer vínculo empregatício.

10.16. Manter absoluto sigilo com referência a assuntos que tome conhecimento, em função do cumprimento do objeto do contrato.

10.17. Fornecer aos beneficiários, em até 30 (trinta) dias, contados a partir do início da vigência do contrato, as carteiras de identificação personalizadas, cuja apresentação, acompanhada de documento de identidade, assegurará o direito à utilização dos serviços.

10.17.1. A CONTRATADA deve disponibilizar mecanismos de identificação do beneficiário que não impeçam o atendimento em caso de não apresentação da Carteira de Identificação.

10.17.2. Caso as Carteiras de Identificação tenham validade pré-definida, a CONTRATADA deverá providenciar a substituição com antecedência mínima de 20 (vinte) dias do prazo de vencimento.

10.17.3. Em caso de extravio ou de dados incorretos, a CONTRATADA providenciará a emissão da 2.ª via em até 10 (dez) dias, gratuitamente, da Carteira de Identificação mediante declaração de responsabilidade do beneficiário

10.18. A CONTRATADA deverá fornecer o número das carteiras dos beneficiários em até 24 (vinte e quatro) horas a partir do início da vigência do contrato, de forma que os beneficiários possam utilizar a rede credenciada imediatamente após a implantação do plano.

10.19. A licitante vencedora deverá disponibilizar em até 24 (vinte e quatro) horas a partir do início da vigência do contrato, aos beneficiários, relação de toda a sua rede credenciada e/ou própria atualizada, através de meio eletrônico e centrais de atendimento - call center.



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins
Gerência Administrativa



11. DOS REAJUSTES

- 11.1. O valor mensal poderá ser revisto em periodicidade não inferior a doze meses, contados da data da apresentação da proposta de preços, conforme percentual autorizado pela ANS ou acordo entre as partes.
- 11.2. 13.1.2. Os preços contratados poderão ser revistos após um ano contado da data da apresentação da proposta de preços em razão da sinistralidade, caso seja ultrapassado o percentual de 75% (setenta e cinco por cento), sendo o percentual de revisão apurado pela média das sinistralidades verificadas mensalmente, mediante negociação entre as partes.

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 12.1. O custo estimado total da contratação é de **610.598,02** (seiscentos e dez mil, quinhentos e noventa e oito reais e dois centavos), conforme custos unitários apostos no Estudo Técnico preliminar.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.
- 13.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:
- I) Gestão/Unidade: Gerência Administrativa;
 - II) Fonte de Recursos: Próprio;
 - III) Elemento de Despesa: 6.2.2.1.1.01.04.01.003 - Plano de Saúde;

Cattere
Angélica
da Rocha
Reges
Assinado de
forma digital
por Cattere
Angélica da
Rocha Reges
Dados:
2026.03.11[®]
14:10:18 -03'00'
Cattere Angélica da Rocha Reges
Assessora Institucional
Matrícula 193

Palmas - TO, 11 de março de 2026.

PATRICIA
MICIELI
GARBELIM:
213781258
43
Assinado de
forma digital por
PATRICIA MICIELI
GARBELIM:21378
125843
Dados:
2026.03.11[®]
14:11:43 -03'00'
Patrícia Micieli Garbelim
Gerente Administrativa
Matrícula 479



Serviço Público Federal
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO TOCANTINS

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2026

PROCESSO Nº 87213/2026

CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS TÉCNICOS DE
FORNECIMENTO DE PLANO PRIVADO
DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE ENTRE
SI CELEBRAM O CONSELHO REGIONAL
DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO
TOCANTINS E A EMPRESA XXXXXX.

O CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DO TOCANTINS, Autarquia Federal instituída nos termos da Lei nº 5.194/66, CNPJ 26.753.608/0001-80, sediada em Palmas, Tocantins, Quadra ACSU SE 60, Av. Siqueira Campos, Conj. 01, Lote 10, CEP: 77022-002, representado neste ato por seu Presidente, Engenheiro Civil **DANIEL IGLESIAS DE CARVALHO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade XXXXX, inscrito no CPF nº XXXXXX, domiciliado nesta Capital, doravante denominada de **CONTRATANTE**, e a empresa XXXXXX, inscrita no CNPJ nº XXXXXXXX, com sede à XXXXXXXXXX, CEP XXXX, cidade de XXXX, Estado do XXXXX doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo sócio administrador XXXXXXXXXX, (naturalidade, estado civil, profissão), portador da Cédula de Identidade nº XXXXX expedida pela XXXX e CPF nº XXXXXX, residente e domiciliado na XXXXXXXXXX, CEP XXXX, cidade de XXXX, Estado do XXXXX, tendo em vista o que consta no Processo nº 87213/2026, e o resultado final do **Pregão Eletrônico nº XXX/2026**, com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, na Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 10.024/2019, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123/2006, da Lei nº 11.488/2007, do Decreto nº



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO TOCANTINS

8.538/2015, e demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO(art. 92, I e II)

1.1. O contrato tem como objeto a prestação continuada de serviços técnicos de fornecimento de plano privado de assistência à saúde para os empregados do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins – Crea-TO e seus dependentes, sem carência nos casos especificados, no Estado da Tocantins, contendo ainda, atendimento de urgência e emergência em todo o território nacional, compreendendo assistência médico-ambulatorial, hospitalar, hospitalar obstétrico, exames laboratoriais, complementares e serviços de apoio ao diagnóstico e terapias, psicoterapias, internações clínicas, cirúrgicas e obstétricas, incluindo internações em Unidade de Terapia Intensiva e utilização de leitos especiais, inclusive cobertura para doenças e lesões pré-existentes, internações e as demais exigências estabelecidas pela legislação vigente e conforme as disposições contidas no edital do pregão eletrônico e seus anexos, em especial segundo as especificações descritas no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

1.2. Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, o Edital do Pregão Eletrônico nº XXX/2026, com seus Anexos, e a Proposta Comercial Final/Realinhada da Licitante vencedora.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 5 (cinco) anos contados da data de assinatura, prorrogável na forma dos [artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO TOCANTINS

- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
 - e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
- 2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS
([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO ([art. 92, V](#))

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$ 610.598,02 (seiscentos e dez mil, quinhentos e noventa e oito reais e dois centavos).
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO TOCANTINS

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92. V](#))

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, O valor mensal poderá ser revisto em periodicidade não inferior a doze meses, contados da data da apresentação da proposta de preços, conforme percentual autorizado pela ANS ou acordo entre as partes.

7.3. Os preços contratados poderão ser revistos após um ano contado da data da apresentação da proposta de preços em razão da sinistralidade, caso seja ultrapassado o percentual de 75% (setenta e cinco por cento), sendo o percentual de revisão apurado pela média das sinistralidades verificadas mensalmente, mediante negociação entre as partes.

7.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.6. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92. X, XI e XIV](#))

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO TOCANTINS

com o contrato e seus anexos;

- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.
- 8.5. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.6. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.7. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 8.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.9. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.10. Cientificar o órgão de representação judicial da Contratante para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 8.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO TOCANTINS

8.16. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.4. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização dos serviços, para adoção de ações de contingência cabíveis.

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- a) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.6. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO TOCANTINS

como aos documentos relativos ao objeto do contrato.

9.7. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.8. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.9. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.10. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.11. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.12. Cumprir as cláusulas estabelecidas no termo de referência do processo em epígrafe;

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO TOCANTINS

obrigações.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES D ([art. 92, XIV](#))

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- i. der causa à inexecução parcial do contrato;
- ii. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- iii. der causa à inexecução total do contrato;
- iv. ensejar o retardamento ou atraso injustificado ao ato de contratação ou processo de licitação;
- v. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- vi. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- vii. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- viii. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- ix. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Considera-se a conduta do inciso II do caput como sendo o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pela contratada.

12.3. Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso IV do caput, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

- i. deixar de entregar documentação exigida no instrumento convocatório;
- ii. entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;
- iii. fazer entrega parcial de documentação exigida no instrumento convocatório;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO TOCANTINS

- iv. deixar de entregar documentação complementar exigida pelo Agente de contratação, necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no edital de licitação.
- v. a prática de atos direcionados a prejudicar ou retardar injustificadamente o bom andamento do certame;

12.4. Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso V do caput, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

- i. deixar de atender a convocações do Agente de contratação e/ou Fiscal do Contrato durante a execução ou da entrega do objeto contratado sem motivo justificado ou atendê-las de forma insatisfatória;
- ii. deixar de encaminhar ou encaminhar em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório as amostras solicitadas pelo Agente de contratação;
- iii. abandonar o certame e/ou o contrato firmado;
- iv. solicitar a desclassificação após a abertura da sessão do certame.
- v. não manter, durante a execução do contrato, todas as condições e regularidades exigidas para a habilitação;
- vi. não manter atualizado e-mail para contato, sobretudo dos prepostos, nem informar à gestão e à fiscalização do contrato, no prazo de dois dias, a alteração de endereços, sobretudo quando este ato frustrar a regular notificação de instauração de processo sancionador;

12.5. Considera-se a conduta do inciso VII do caput como sendo o atraso que importe em consequências graves para o cumprimento das obrigações contratuais.

12.6. Considera-se a conduta do inciso VIII do caput, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da licitação ou da execução contratual:

- i. entregar o objeto contratual ou prestação de serviços em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas ou com irregularidades ou defeitos que o tornem impróprios para os fins a que se destina;
- ii. prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha em erro agentes públicos do CREA – TO.

12.7. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as sanções previstas na Portaria nº 117, de 30 de setembro de 2024, o qual regulamenta a



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO TOCANTINS

aplicação das sanções administrativas por infrações cometidas nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, junto aos contratos no âmbito do CREA-TO.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92. XIX](#))

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 13.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 13.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 13.5.3. Indenizações e multas.

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO TOCANTINS

13.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I. Fonte de Recursos: CREA/TO
- II. Elemento de Despesa: **6.2.2.1.1.01.04.01.003 - Plano de Saúde.**

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO TOCANTINS

casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO ([art. 92, §1º](#))

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Palmas – TO, Seção Judiciária do Tocantins para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

19. CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

19.1. Este contrato será monitorado, supervisionado e avaliado por um responsável da CONTRATANTE, na forma do artigo 117, da Lei nº 14.133/21, resultante de indicação superior, que deverá se ater aos detalhes do Termo de Referência.

19.2. O responsável exercerá a fiscalização do contrato e avaliará, inclusive, a adequabilidade da qualidade dos serviços e os respectivos prazos de entrega. Acompanhará os serviços executados, atestará seu recebimento e indicará as ocorrências de indisponibilidade dos serviços contratados.

19.3. O acompanhamento e a fiscalização não excluirão a responsabilidade da CONTRATADA e não conferirá ao CONTRATANTE, responsabilidade solidária ou subsidiária, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades e/ou informações incorretas na execução dos serviços contratados.

19.4. As determinações e as solicitações formuladas pelo representante da

12/12



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO TOCANTINS

CONTRATANTE, encarregado da fiscalização do contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, ou na impossibilidade, justificadas por escrito.

Palmas, **XX** de **XXXX** **2026**.

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO TOCANTINS
CNPJ nº 26.753.608/0001-80
DANIEL IGLESIAS DE CARVALHO
CPF nº XXXX
CONTRATANTE

DENOMINAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA
CNPJ nº XXXXX
NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL
CPF nº XXXXX
CONTRATADA